

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

O RECONHECIMENTO E DEFINIÇÃO DO CAPACITISMO VELADO NO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE

Priscila Ferreira Beni, Daniela Duarte da Silva Bagatini, Dante Augusto de Couto Barone, Denise Andrade Cardoso, Liz Amaral, Maura Corcini Lopes, Renato Schneider Rivero Jover, Renato Ventura Bayan Henriques

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12114>

Submetido em: 2025-05-29

Postado em: 2025-06-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

O RECONHECIMENTO E DEFINIÇÃO DO CAPACITISMO VELADO NO PARADIGMA DA NEURODIVERSIDADE

RECOGNIZING AND DEFINING SUBTLE ABLEISM WITHIN THE NEURODIVERSITY PARADIGM

PRISCILA FERREIRA BENI¹

<https://orcid.org/0000-0003-1890-9899>

priscila.beni.phd@gmail.com

DANIELA DUARTE DA SILVA BAGATINI²

<https://orcid.org/0000-0001-8548-5841>

danielabagatini@gmail.com

DANTE AUGUSTO DE COUTO BARONE¹

<https://orcid.org/0000-0002-5133-0144>

dante.barone@gmail.com

DENISE ANDRADE CARDOSO³

<https://orcid.org/0009-0004-6350-7383>

denise123trabalho@hotmail.com

LIZ AMARAL³

<https://orcid.org/0009-0004-9628-0162>

contato@lizamaralto.com.br

MAURA CORCINI LOPES⁴

<https://orcid.org/0000-0002-2419-9208>

maura@unisinos.br

RENATO SCHNEIDER RIVERO JOVER¹

<https://orcid.org/0000-0002-7748-9559>

renatoriverojover@gmail.com

RENATO VENTURA BAYAN HENRIQUES¹

<https://orcid.org/0000-0001-6001-4525>

renatobayan@gmail.com

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS, Brasil

² Universidade de Santa Cruz do Sul. Santa Cruz do Sul, RS, Brasil

³ Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, Brasil

⁴ Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Porto Alegre, RS, Brasil

Resumo

Este estudo analisa estigmas e estereótipos no âmbito da neurodiversidade e apresenta um modelo para definir o capacitismo velado, um tipo de preconceito camuflado, porém persistente e impactante. A pesquisa foi conduzida por autores neurodivergentes e neurotípicos e desenvolvida em colaboração com adultos neurodivergentes, em consonância com a máxima “Nada sobre nós sem nós”. A proposta alinha-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 8 e 10, ao promover educação de qualidade, trabalho digno e redução das desigualdades.

Palavras-chave: Neurodiversidade; Ensino superior e Mercado de trabalho; Capacitismo Velado; Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Abstract

This study examines stigma and stereotypes within the neurodiversity framework and presents a model to define subtle ableism—a form of prejudice that is hidden yet persistent and impactful. The research was carried out by both neurodivergent and neurotypical authors in collaboration with neurodivergent adults, in accordance with the principle “Nothing about us without us.” The proposal aligns with Sustainable Development Goals 4, 8, and 10 by promoting quality education, decent work, and the reduction of inequalities.

Keywords: Neurodiversity; Higher Education and Work Place; Subtle Ableism; Sustainable Development Goals (SDG)

Introdução

A inclusão de pessoas neurodivergentes no ensino superior e no ambiente de trabalho tem sido um dos principais desafios no âmbito da diversidade, equidade e inclusão. Apesar da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e de outras legislações que preveem a inclusão de pessoas neurodivergentes PcD e não PcD, a realidade vivida por muitos adultos com neurodivergências revela um profundo descompasso entre o reconhecimento legal e social e o capacitismo (Camm-Crosbie, et al. 2019; Ribeiro et. al, 2020). O capacitismo é definido como sendo uma forma de discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, baseada na crença de que esses indivíduos, são inferiores, incapazes e ou destoam da maioria, de um padrão considerado normal (Senado Federal, 2024). Existem diversas formas de capacitismo, muitas delas, que embora não sejam reconhecidas e conceituadas formalmente, causam grande impacto na vida de pessoas PcD ou neurodivergentes.

Entre os tipos de neurodivergências alvo de diversos tipos de capacitismo está o Transtorno do Espectro Autista (TEA) que é considerado uma deficiência psicossocial. A deficiência se aplica devido ao impacto negativo direto que as co-condições de saúde associadas e traços muitas vezes desconhecidos, camuflados em uma roupagem socialmente aceita, que afetam a negativamente de forma significativa a vida do sujeito autista (Sher; Gibson, 2023). Isso acontece principalmente nos casos classificados como nível 1 de suporte, frequentemente rotulados de maneira simplista e capacitista como “leves”. Muitos desses adultos integram o que a literatura vem chamando de “geração perdida”: autistas que passaram a vida camuflando seus traços até entrarem em colapso (Wake; Endlich; Lagos, 2021).

Uma das principais co-condições associadas ao TEA é o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), que, embora não seja reconhecido juridicamente como deficiência no Brasil, é a condição do neurodesenvolvimento mais diagnosticada no mundo. Assim como os autistas, pessoas com TDAH enfrentam taxas elevadas de evasão escolar, desemprego e sofrimento psíquico, além de conviverem com a constante deslegitimação de suas dificuldades, sustentada por um capacitismo camuflado e ofensivo (Helgesson et al, 2021). Autistas e pessoas com TDAH frequentemente são atravessados por estigmas e estereótipos que reduzem suas identidades a caricaturas e invalidam suas experiências e necessidades específicas (Muller, 2012; Giannantonio; Hurley-Hanson, 2022).

Quando a diferença é interpretada como inadequação, e os traços de pessoas neurodivergentes são vistos como desvios a serem corrigidos ou mascarados, estabelece-se um terreno fértil para a renovação das formas de expressão do capacitismo. Ao se renovar, o capacitismo opera de maneira silenciosa, muitas vezes camuflada nos processos de in/exclusão dos sujeitos. Uma das principais formas de capacitismo é o “capacitismo velado”, popularmente conhecido por impor barreiras que dificultam o acesso e inclusão de pessoas neurodivergentes ou PcD por meio de uma roupagem de estigmas e estereótipos manifestados em falas e atitudes carregadas de termos pejorativos que desumanizam os indivíduos.

É essa lógica, naturalizada e pouco reconhecida, que este estudo busca problematizar apresentando modos de renovação do capacitismo no âmbito da neurodiversidade fundamentada em modelo conceitual que explicita o que é o capacitismo velado, como ele pode se manifestar e seus possíveis impactos. Para tanto, foi realizado um mapeamento do conceito de capacitismo, dos estigmas e estereótipos no contexto da neurodiversidade, bem como das formas de manifestação do capacitismo velado. Esse levantamento baseou-se em dados bibliográficos e em relatos de vivências compartilhados pelos pesquisadores neurodivergentes deste estudo. Ademais, essa pesquisa foi conduzida em sintonia com o movimento global das deficiências que sustenta o princípio “Nada sobre nós sem nós”, amplamente difundido na comunidade da neurodiversidade. Tal movimento valoriza a centralidade das vozes neurodivergentes como protagonistas na construção do conhecimento, no desenho de políticas públicas e no desenvolvimento de soluções que lhes dizem respeito. Assim, adotando essa tendência global de que pessoas neurodivergentes devem ter participação ativa e significativa em todas as etapas das pesquisas que lhes dizem respeito, inclusive como coautores colaboradores, este estudo contou com a colaboração voluntária de estudantes e profissionais neurodivergentes, que contribuíram diretamente na construção do modelo conceitual de capacitismo velado e sua definição no âmbito da neurodiversidade.

Este estudo contribui para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 8 e 10, ao promover educação de qualidade, trabalho decente e redução das desigualdades.

Deficiência psicossocial e o desafio do reconhecimento social

Em 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), ampliou o entendimento jurídico sobre o que significa ser uma pessoa com deficiência. Em vez de restringir-se à condição clínica, o conceito passou a considerar a interação entre

impedimentos de longo prazo e as barreiras sociais que dificultam ou impedem a participação plena e efetiva na vida em sociedade (Severo; Malaguez; Fernandes, 2017). O texto da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 afirma que são pessoas com deficiência aquelas que possuem impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, obstruem a igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil, 2015).

Embora a LBI tenha reconhecido claramente o que é uma deficiência, na prática convive-se com distintas percepções sobre a mesma. Há um abismo entre a definição legal e o reconhecimento social das deficiências que não se manifestam de maneira visível (Severo; Malaguez; Fernandes, 2017). O termo “deficiência psicossocial”, popularmente conhecido como “deficiência invisível” ou “oculta” refere-se justamente a um grupo de pessoas cuja vulnerabilidades não são reconhecidas porque suas condições de saúde silenciosamente, ou seja, sem sinais físicos evidentes, impactam a cognição, comportamento ou interação com o mundo. Entre estas condições estão a esquizofrenia, a deficiência intelectual, transtornos psicóticos de longa duração, síndromes epiléticas e déficits cognitivos adquiridos após AVCs, aneurismas ou traumatismos e o transtorno do espectro autista (Brasil, 2015).

Diante da invisibilidade cotidiana, tem surgido algumas medidas e políticas públicas para facilitar a comunicação e a empatia entre a sociedade e as pessoas com deficiências ocultas. Por exemplo, a lei 14.624/23 que prevê o uso da “fita/cordão do girassol como uma forma de sinalizar que uma pessoa possui uma condição não visível que justifica o acesso a apoios ou compreensão diferenciada (Brasil, 2023). Embora o cordão do girassol tenha se tornado uma ferramenta importante de acolhimento e visibilidade sua existência revela uma dura realidade: para ser reconhecida como pessoa com deficiência, muitas vezes é necessário não apenas usar o cordão como um sinal externo visível, mas também mostra-lo de uma forma prove aquilo que o corpo não mostra. Tal atitude escancara uma forma silenciosa de opressão que atualiza as formas de expressão do capacitismo, inclusive aquele que muitas vezes é cometido de forma inconsciente e não tão aparente (Senado Federal, 2025).

O capacitismo é definido como sendo uma forma de discriminação e preconceito contra pessoas com deficiência, baseada na crença de que esses indivíduos, são inferiores, incapazes e ou destoam de um padrão considerado normal (Brasil, 2024). Ele se manifesta estruturalmente e culturalmente na sociedade, configurando-se como um conjunto de crenças e práticas que impõem um padrão corporal idealizado e considerado perfeito,

visto como essencial para a espécie humana (Campbell, 2013). Nesse contexto, a deficiência é entendida como uma condição de inferioridade em relação a esse modelo ideal (Campbell, 2013). Ainda que desde 2015 haja reconhecimento oficial dos órgãos federativos sobre o capacitismo, seu significado e suas implicações não estão sendo abordados em complexidade e, ele ainda acaba sendo mais utilizado nos movimentos sociais. Segundo Guerra 2021, autor do livro “Luta contra o capacitismo: Anarquismo e capacitismo” o capacitismo:

“É a opressão que nós pessoas com deficientes enfrentamos, surge do sistema capacitista que é o sistema social, político e econômico que discrimina, violenta, marginaliza e assassina as pessoas deficientes pelo fato de o serem. É um sistema no qual corpos e mentes são valorados de acordo com o padrão de normalidade, inteligência, excelências, magreza, utilidade beleza, (Guerra, 2021).

O capacitismo é multifacetado. Apresenta-se em várias ocasiões desde formas mais camufladas não intencionais até as mais intensas, intencionais e agressivas (Campbell, 2013). Nas formas mais subliminares e camufladas, ele se manifesta por meio da naturalização do preconceito, com estigmas e estereótipos sendo reproduzidos automaticamente pelo senso comum em relação às pessoas com deficiência (Vendramin, 2019). Como resultado, essas expressões preconceituosas passam a ser vistas como aceitáveis ou razoáveis, o que dificulta sua identificação e questionamento, permitindo que as práticas capacitistas se perpetuem (Vendramin, 2019).

Os três principais tipos formalmente reconhecidos de capacitismo são: o capacitismo médico, que associa deficiência a doença; o capacitismo recreativo, comum em piadas de mau gosto feitas por humoristas; e o capacitismo institucional, observado quando instituições contratam pessoas com deficiência apenas para cumprir cotas, sem garantir equidade ou acessibilidade plena (Campbell, 2013). Embora esses os três tipos sejam oficialmente reconhecidos, as comunidades de pessoas deficientes têm defendido a ampliação dessa classificação, lutando pelo reconhecimento de outras formas de expressão do capacitismo. Campbell (2013) lista os seguintes tipos de capacitismo não reconhecidos:

- a) Capacitismo linguístico: manifesta-se no uso de termos e expressões carregados de conotações pejorativas e preconceituosas, como “portador”, “doidinho” e “aleijado”, além do uso de diminutivos que minimizam a identidade da pessoa,

como “ceguinho” e “mudinho”, e também em ditados populares, como “mais perdido do que cego em tiroteio”;

- b) Capacitismo midiático: refere-se à forma como pessoas com deficiência são representadas nos meios de comunicação, televisão, cinema, rádio, imprensa e mídias digitais, frequentemente reforçando estereótipos ou distorcendo suas vivências;
- c) Capacitismo recreativo: caracteriza-se pelo uso da deficiência ou dos modos de ser de pessoas com deficiência como fonte de humor, em piadas ou representações cômicas;
- d) Capacitismo velado: manifesta-se de maneira disfarçada, podendo incorporar aspectos dos tipos anteriores ou aparecer isoladamente.

Embora o capacitismo velado esteja presente em praticamente todos os espaços que adultos com deficiência frequentam ele ainda carece de uma definição oficial. A ausência de reconhecimento e definição compromete o processo de inclusão, especialmente porque essa forma de discriminação é frequente em ambientes como o ensino superior e o mercado de trabalho. Sem o devido reconhecimento e definição torna-se difícil para as instituições identificar essas práticas, preparar-se adequadamente e implementar ferramentas eficazes para acolher a diversidade que as compõe (Valeri, 2023).

Nessas arenas, a ausência de adaptações razoáveis e o desconhecimento sobre as deficiências psicossociais tornam a exclusão um processo contínuo e frequentemente invisível aos olhos de quem não vive essa realidade (Ribeiro et. al, 2020). A invisibilidade da exclusão pode ser entendida pelo fato de esta não ocorrer abruptamente, mas sim de forma imanente a inclusão. Lopes e Fabris (2013) usam o conceito de in/exclusão para se referirem a complexidade da exclusão que se dá de forma indissociável a inclusão, pois ambos acontecem de forma relacional e se tornam um a condição da existência do outro. É nesse ponto que se torna urgente a compreensão de paradigmas mais amplos, como os da neurodiversidade, que nos convidam a reconhecer a pluralidade de modos de funcionamento neurológico como parte legítima da condição humana.

Neurodiversidade, TEA, TDAH e os estigmas e estereótipos que alimentam o capacitismo velado

No final da década de 1990, a socióloga autista Judy Singer apresentou ao mundo acadêmico um conceito que, décadas depois, se tornaria uma bandeira global pela

aceitação das diferenças neurológicas: a neurodiversidade. A ideia rompeu com a lógica da normalização ao propor que a diversidade neurológica é uma manifestação natural da variação humana, e não uma falha a ser corrigida (Singer, 1998; 2017). Em vez de buscar um padrão único de funcionamento cerebral, Singer (1998, 2017) instigou uma mudança de paradigma ao afirmar que a pluralidade de formas de pensar, aprender e interagir com o mundo deve ser não apenas tolerada, mas reconhecida como riqueza coletiva. A partir dessa virada teórica, surgiram reflexões profundas sobre o modo como a sociedade nomeia, interpreta e responde às diferenças cognitivas.

O paradigma da neurodiversidade propõe uma ressignificação das chamadas “condições neurológicas”. Em vez de tratar tais condições como transtornos que exigem conserto, a proposta é que sejam compreendidas como formas válidas de ser e existir no mundo (Singer, 2017). Essa mudança de perspectiva traz implicações práticas para os campos da saúde, educação e trabalho que deixam de operar com base na correção e passam a buscar estratégias de suporte e fortalecimento das potencialidades individuais (Armstrong, 2011; Robertson; Ne’eman, 2008; Singer, 2017). Nesse mesmo movimento, emerge o termo “neurodivergência” como uma forma de nomear indivíduos cujos cérebros funcionam de maneira significativamente distinta do que é considerado típico.

Enquanto o conceito de neurodiversidade opera no campo social e da coletividade, a neurodivergência atua no plano individual, descrevendo pessoas que vivem com condições neurológicas que impactam diretamente seu desenvolvimento e bem-estar. Tais condições, são marcadas por padrões atípicos que, muitas vezes, dificultam a adaptação aos modelos normativos de vida e trabalho impostos pela sociedade (Singer, 2017). Entre as principais neurodivergências, destacam-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA), reconhecido como uma deficiência invisível, e o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), uma das principais co-condições associadas ao TEA. Embora ambos tenham conquistado maior visibilidade nos últimos anos, impulsionando avanços em políticas públicas de acessibilidade e inclusão, ainda persistem desafios significativos relacionados a estigmas e estereótipos que alimentam manifestações do capacitismo velado.

Estigma é um conceito socialmente construído que transforma determinadas características em sinais de desvalor, ou seja, quando um atributo passa a ser percebido como indesejável, a pessoa que o carrega é vista como menos valiosa perante a sociedade (Turnock et al., 2022). No contexto da neurodiversidade, isso se manifesta de diferentes formas: no estigma público, quando há rejeição ou discriminação aberta; no estigma

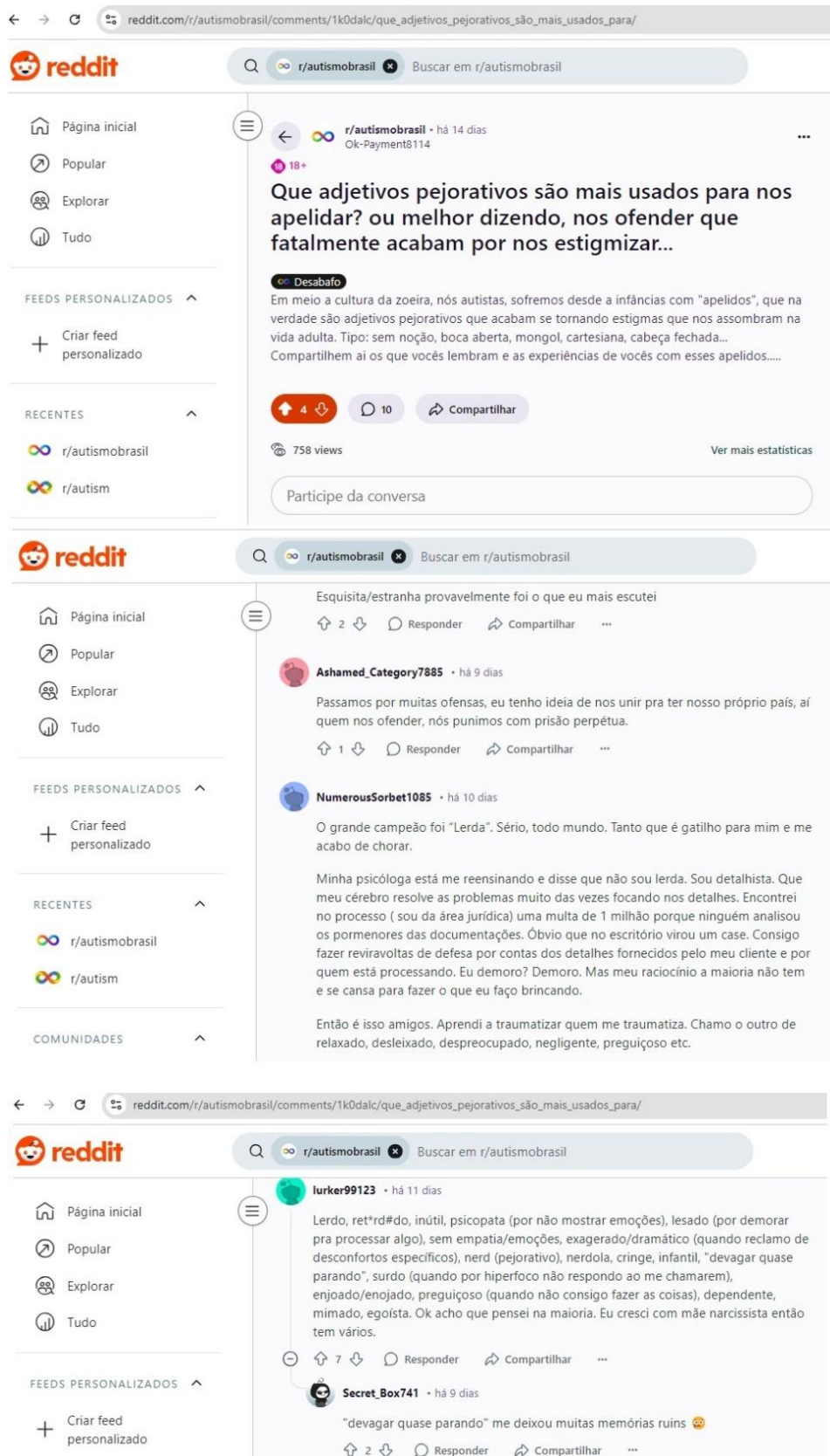
internalizado, quando a própria pessoa absorve esse preconceito e passa a sentir vergonha ou medo de ser julgada; e no estigma por associação, que atinge também quem convive de perto com a pessoa estigmatizada, como familiares e cuidadores (Turnock et al., 2022).

Em autistas as diferenças tendem a se expressar de forma visível por meio de traços visíveis como de contato visual, expressões faciais atenuadas, menos envolvimento emocional, uso limitado de gestos comunicativos e as reações atípicas a estímulos sensoriais, que se intensificam em ambientes desconhecidos e podem provocar intenso desconforto (Wood, 2016; Black et al., 2020). Embora esses comportamentos sejam frequentemente utilizados como justificativa para os desafios enfrentados pelas pessoas autistas, abordagens mais recentes vêm destacando o papel decisivo das respostas sociais negativas na produção desses desfechos (Cage, Di Monaco e Newell, 2018).

Para muitas pessoas neurotípicas, o autismo ainda é percebido como uma violação das normas sociais aceitas, o que contribui para a estigmatização contínua da condição (Cage, Di Monaco e Newell, 2018). Como consequência, experiências de in/exclusão tornam-se recorrentes na vida cotidiana: pessoas autistas são menos procuradas para amizades, menos desejadas como parceiras íntimas e, em alguns casos podem ser desumanizadas em práticas de *bullying* (Black et al., 2020).

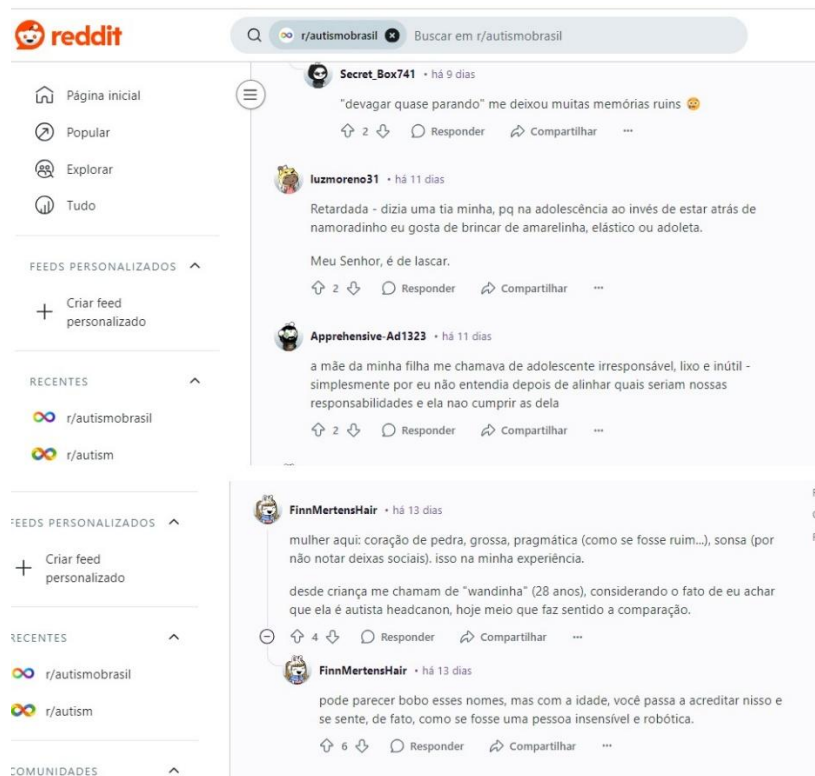
Pessoas autistas ou com TDAH enfrentam, com frequência, maiores dificuldades no contexto educacional e profissional, além de estarem mais expostas a altos índices de *bullying* nesses ambientes (Muller, 2012; Shattuck et al., 2012; Black et al., 2020). O *bullying* frequentemente decorre de estereótipos que desumanizam pessoas neurodivergentes por meio do uso de adjetivos e termos pejorativos como os apresentados nas Figuras I e II a seguir que exibem capturas de tela da rede social Reddit, onde usuários interagem anonimamente como avatares em comunidades temáticas. Em uma publicação da comunidade r/autismobrasil, que alcançou 747 visualizações, observa-se um exemplo claro de capacitismo velado no Brasil, que de acordo com os usuários, é manifestado como parte da chamada “cultura da zoeira”. Nesse contexto, expressões depreciativas são utilizadas de forma banalizada, contribuindo para o reforço do *bullying* e da exclusão de pessoas autistas.

Figura I: Adjetivos e termos pejorativos que desumanizam pessoas autistas



Fonte: Reddit. r/autismobrasil.

Figura II: Adjetivos e termos pejorativos que desumanizam pessoas autistas



Fonte: Redditt. r/autismobrasil.

A estigmatização de pessoas com TDAH também se expressa por meio de adjetivos pejorativos que reduzem a condição a traços de personalidade negativos. Muitos rótulos usados desconsideram a complexidade do transtorno e contribuem para a perpetuação do capacitismo velado, especialmente em ambientes como o ensino superior e o trabalho, onde essas palavras são frequentemente naturalizadas. A Figura III a seguir apresenta uma síntese visual dos termos mais comuns usados para desqualificar pessoas com TDAH.

Figura III: Adjetivos e termos pejorativos que desumanizam pessoas com TDAH



Fonte: os autores deste estudo (2025)

Estudos revelam que no ensino superior os alunos autistas relatam sentir que sua deficiência é invisível aos olhos dos outros, não apenas ignorada, mas completamente incompreendida (Turnock et al., 2022; Tan et. al, 2024).

O medo de não serem levados a sério, de terem suas vivências desacreditadas, reforça a sensação de isolamento, sobretudo quando suas identidades atravessam outras marginalizações, ao mesmo tempo, o sistema universitário é descrito como estruturalmente hostil: inacessível, desigual, com dinâmicas de poder que deixam pouco espaço para negociação (Tan et. al, 2024; Gonzalez, 2024).

Geralmente, a responsabilidade por garantir suporte recai injustamente sobre os próprios alunos autistas e com TDAH, que são forçados a advogar por si mesmos em ambientes que muitas vezes não os ouvem e esse esforço tem um custo, físico, emocional e acadêmico (Muller, 2012; Turnock et al., 2022; Gonzalez, 2024). Apesar das dificuldades, muitos estudantes resistem, transformando sua resiliência em estratégia, criam caminhos próprios, adaptam seus estudos, e frequentemente estendem seu cuidado a outros colegas também marginalizados (Tan et. al, 2024; Gonzalez, 2024). Apesar disso, essa “persistência” que o sistema enaltece não deveria ser pré-requisito para existir na universidade ela é, na verdade, mais uma prova da violência simbólica que estrutura essas trajetórias (Tan et. al, 2024; Gonzalez, 2024).

Muitos estigmas acabam se tornando estereótipos que dificultam a inclusão de pessoas neurodivergentes no mercado de trabalho. Estereótipos funcionam como atalhos mentais, crenças compartilhadas que atribuem características fixas a todos os membros de um determinado grupo (Greenwald; Banaji 1995). Eles se formam a partir uma ótica reducionista na qual processos cognitivos automáticos e inconscientes são criados para classificar rapidamente as pessoas e prever seus comportamentos a partir de um conjunto de traços (Banaji; Greenwald, 1995). Uma vez ativado, o estereótipo molda a forma como cada pessoa é percebida dali em diante e se o comportamento de alguém confirma a expectativa prévia, ele reforça uma crença, se não confirma, a exceção é tratada como anomalia e não como sinal de que o estereótipo nunca deu conta da complexidade daquele grupo (Banaji; Greenwald, 1995).

No contexto do trabalho, os estereótipos sobre pessoas neurodivergentes atuam como barreiras invisíveis e profundamente limitantes. Quando se assume, por exemplo, que pessoas autistas são inflexíveis, antissociais ou emocionalmente frias, ou que as pessoas com TDAH são preguiçosas e bagunceiras e atrasadas, cria-se um ambiente onde

suas capacidades são constantemente subestimadas e suas necessidades desconsideradas (Muller, 2012; Giannantonio; Hurley-Hanson, 2022).

Em empresas, a generalização que forma o estereótipo afeta diretamente o acesso a oportunidades, restringem promoções e alimentam um clima de exclusão, onde os colaboradores neurodivergentes precisam constantemente provar que são competentes "apesar" do diagnóstico (Muller, 2012; Giannantonio; Hurley-Hanson, 2022). Em muitos casos, a resposta não é acolhimento, mas uma pressão velada para que a pessoa neurodivergente esconda seus traços, mascare suas dificuldades e se molde a um padrão não inclusivo. Esse processo de camuflagem constante leva à exaustão cognitiva e emocional, aumenta o risco de *burnout*, ideação suicida e contribui diretamente para um cenário alarmante: cerca de 80% das pessoas autistas e três em cada oito pessoas com TDAH permanecem fora do mercado de trabalho (Cassady et. al, 2018; Giannantonio; Hurley-Hanson, 2022; Helgesson, 2023).

O desemprego entre pessoas neurodivergentes não ocorre por acaso, mas é resultado de mecanismos sociais que perpetuam estigmas, estereótipos e expectativas normativas sobre o que é considerado um modo de ser aceitável. Quando a diferença é tratada como falha e os traços neurodivergentes são interpretados como desvios que devem ser corrigidos ou ocultados, cria-se um cenário propício à atuação do capacitismo velado. Este estudo busca apresentar e enfrentar essa lógica silenciosa e, amplamente ignorada, propondo uma definição de capacitismo velado no âmbito da neurodiversidade, fundamentada em um modelo conceitual que mostra com exemplos os elementos que compõem esse conceito e os impactos desse tipo de preconceito.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa configura-se como um estudo teórico, cujo objetivo central é discutir o conceito de capacitismo velado no âmbito da neurodiversidade. A proposta contempla a apresentação de um modelo conceitual de capacitismo velado que mostra seus principais tipos, exemplos de sua manifestação e os impactos que podem causar nos indivíduos neurodivergentes. A validade deste estudo teórico está fundamentada na abordagem proposta por Gregor (2006), que sustenta que modelos conceituais exercem papel fundamental no desenvolvimento de novos conceitos, teorias e práticas, especialmente em campos aplicados como a educação. Como o autor destaca que "teorias conceituais podem fornecer uma estrutura para a compreensão e facilitar a criação de novos conhecimentos" (Gregor, 2006); No mesmo sentido, Souza Filho e Struchiner (2021)

reforçam a legitimidade da construção de modelos teóricos na pesquisa em educação, ao argumentarem que essa elaboração se torna significativa quando o pesquisador adapta, desenvolve ou adota um modelo preexistente, com base em reflexões estruturadas por sua bagagem de experiências e conhecimentos prévios. Trata-se de um processo dinâmico, de adaptação e atualização constantes, que amplia a capacidade de compreensão do fenômeno estudado e permite a criação de um modelo aplicável à prática (Souza Filho; Struchiner, 2021).

Para a construção do modelo aqui apresentado, adotou-se uma abordagem cooperativa e colaborativa, envolvendo pesquisadores neurodivergentes e neurotípicos, todos atuantes em ensino, pesquisa e extensão voltados à neurodiversidade e à inclusão. A pesquisa foi conduzida em sintonia com o movimento global das deficiências que sustenta o princípio “Nada sobre nós sem nós”, amplamente difundido na comunidade da neurodiversidade em geral, mas em especial a autista. Tal movimento valoriza a centralidade das vozes neurodivergentes como protagonistas na construção do conhecimento, no desenho de políticas públicas e no desenvolvimento de soluções que lhes dizem respeito. Em consonância com essa perspectiva e, seguindo a tendência global de inclusão de pessoas neurodivergentes no desenvolvimento de pesquisas, como atores ativos, inclusive como coautores colaboradores, este estudo contou com a colaboração de estudantes e profissionais neurodivergentes, que contribuíram diretamente na construção do modelo apresentado na próxima seção.

A codificação dos dados sobre as manifestações de capacitismo velado foi realizada por meio da análise temática reflexiva, conforme os seis passos metodológicos propostos por Braun e Clarke (2006, 2021). Inicialmente, houve a familiarização com os dados (1), a partir de leituras repetidas dos relatos e materiais institucionais, permitindo a imersão nas nuances dos discursos analisados. Em seguida, realizou-se a geração de códigos iniciais (2), por meio de uma codificação indutiva, ou seja, sem categorias pré-estabelecidas, com foco nos sentidos atribuídos nas narrativas dos pesquisadores e coautores colaboradores e na recorrência de padrões implícitos de exclusão. Esses códigos foram então organizados para buscar temas (3) que representassem formas específicas de capacitismo velado, os quais passaram por uma revisão crítica (4), avaliando sua coerência interna e distinção entre si. Após essa etapa, procedeu-se à definição e nomeação dos temas (5), buscando capturar a essência de cada manifestação identificada. Por fim, foi realizada a produção do modelo final (6), com articulação teórica e exemplos ilustrativos que evidenciam como o capacitismo opera de maneira sutil e

estrutural nas práticas institucionais e educacionais. A seguir, apresenta-se o Quadro I com as etapas metodológicas que estruturaram o desenvolvimento do modelo:

Quadro 1. Etapas metodológicas para construção dos modelos conceituais e guia de boas práticas

Etapa	Descrição
1. Levantamento conceitual	Revisão da literatura sobre deficiências psicossociais, capacitismo, neurodiversidade, estigmas e estereótipos com foco na realidade de pessoas neurodivergentes nos contextos educacional e profissional.
2. Mapeamento dos elementos do capacitismo velado	Identificação, análise e categorização dos elementos que compõem o capacitismo velado no contexto da neurodiversidade.
3. Construção do modelo conceitual de capacitismo velado	Articulação dos achados do mapeamento e construção do modelo por meio de um processo cooperativo e colaborativo entre pesquisadores neurodiversos e adultos neurodivergentes voluntários.

Fonte: os autores dessa pesquisa 2025

Modelo conceitual e definição de capacitismo velado

Com base no levantamento bibliográfico sobre as deficiências psicossociais, estigmas e estereótipos relacionados ao TEA e o TDAH, foram identificados diversos elementos que, quando aplicados na prática, operam como práticas de renovação do capacitismo, que são formas oficialmente não reconhecidas, porém impactantes, de capacitismo. Esses elementos, muitas vezes naturalizados no cotidiano institucional, não se apresentam como hostis em sua superfície, mas produzem inclusões excludentes, desvalorização e exigências de conformidade neurotípica que violam o direito à singularidade. Com o objetivo de apresentar como esse tipo de capacitismo pode se manifestar, a análise feita possibilitou a construção do “Modelo Conceitual de Capacitismo Velado”, que organiza tais manifestações em quatro categorias compostas por dez subcategorias apresentadas na Figura IV abaixo.

Figura IV: Modelo Conceitual de Capacitismo Velado



Fonte: os autores deste estudo (2025)

As quatro categorias do Modelo Conceitual de Capacitismo Velado são representadas por dez subcategorias que agrupam exemplos recorrentes observados em contextos educacionais e corporativos, relacionando-os aos impactos negativos que geram sobre pessoas neurodivergentes em geral. As categorias e subcategorias são apresentadas nos próximos quadros, bem como a discussão sobre cada uma delas.

Quadro II: Invalidação da neurodivergencia

Tipo de Capacitismo Velado	Subtipo de Capacitismo Velado	Exemplos	Impacto
Invalidação da neurodivergencia	Descrença ou invalidação de diagnósticos	<ul style="list-style-type: none"> - "Você é adulto, não pode ter TDAH, isso é coisa de criança." - "Todo mundo é um pouco autista hoje em dia." - "Acho que você só quer uma desculpa para o seu comportamento." - "Mas você nunca pareceu autista antes." - "Mas você não parece autista!" 	<ul style="list-style-type: none"> - Invisibiliza condições neurodivergentes. - Faz com que a pessoa sinta vergonha de seu diagnóstico. - Faz a pessoas questionar seu próprio diagnóstico - Reforça estigmas e estereótipos sobre saúde mental e neurodiversidade. - Força a camuflagem e mascaramento de traços neurodivergentes
	Romantização ou minimização	<ul style="list-style-type: none"> - Você é autista? Nossa, mas é tão inteligente! - "Nossa mas achei que autista fosse igual o irmão do Tom Cruise no filme do Rain Man" - Autistas são gênios igual o Shelton. - Criança especial (autista) - (TDAH)É só uma distração, todo mundo é assim às vezes. 	<ul style="list-style-type: none"> - Ignora desafios reais e reforça estereótipos. - Coloca expectativas irreais sobre as pessoas. - Reduz a experiência individual à condição. - Dificulta a construção da autonomia e autenticidade - Superproteção que dificulta a autonomia - Faz com que o neurodivergente seja usado como um objeto para uso de promoção pessoal ou empresarial
	Suposições estereotipadas	<ul style="list-style-type: none"> - Todo autista gosta de matemática e não entende piadas. - Se você tem TDAH, deve ser super bagunceiro. - Pessoas com TDAH não conseguem manter empregos. - Autistas não querem socializar, então não precisam de inclusão. - Autista tem que trabalhar com números. 	<ul style="list-style-type: none"> - Desumaniza, simplifica ou invalida a complexidade da pessoa. - Ignora a individualidade dentro dos espectros neurodivergentes.

Fonte: os autores deste estudo (2025)

A categoria **Invalidação da neurodivergência** abarca três subcategorias: Desacreditar ou invalidar diagnósticos; Romantização ou minimização; Suposições estereotipadas. A primeira descreve práticas sociais e institucionais que colocam em

dúvida a veracidade ou legitimidade de condições neurodivergentes, especialmente quando os traços não são facilmente perceptíveis, muitas vezes por falta de conhecimento sobre o assunto ou até mesmo do esforço de pessoas neurodivergentes em mascarar seus traços. Essa forma de capacitismo velado atua desqualificando o reconhecimento formal de uma condição como o autismo ou o TDAH, tratando o diagnóstico como exagero, desculpa ou fraqueza. O impacto dessa invalidação é profundo: contribui para que a própria pessoa sinta vergonha ou dúvida em relação à sua identidade, reforça estigmas, crenças e estereótipos sociais sobre saúde mental e neurodiversidade, e dificulta o acesso a apoios e adaptações essenciais. Já as categorias Romantização ou minimização e suposições estereotipadas compõem formas complementares de capacitismo velado, ambas baseadas na redução da complexidade das experiências neurodivergentes a narrativas prontas, imprecisas e generalizantes. Enquanto a romantização projeta expectativas idealizadas, como a associação automática entre autismo e genialidade, ou entre TDAH e criatividade extrema, as suposições estereotipadas impõem ideias rígidas e excludentes, como a de que autistas são antissociais ou que pessoas com TDAH são desorganizadas e ineficientes. Em comum, essas formas de enquadramento negam a singularidade do indivíduo, simplificam trajetórias diversas e contribuem para a exclusão silenciosa.

Quadro III: Comunicação capacitista e posturas reducionistas

Tipo de Capacitismo Velado	Subtipo de Capacitismo Velado	Exemplos	Impacto
Comunicação capacitista e posturas reducionistas	Condescendência e paternalismo	<ul style="list-style-type: none"> - Usar tom infantil ou falar como se a pessoa não entendesse. - Você precisa de ajuda para isso aqui? - É incrível como você já conseguiu fazer tudo isso na vida (autista). - Você só precisa se organizar para se concentrar melhor (Autista ou TDAH). 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforça a ideia de inferioridade. - Reduz a autonomia e autoestima da pessoa. - Faz com que a pessoa sinta necessidade de mascarar características.
	Julgamentos dos traços neurodivergentes	<ul style="list-style-type: none"> - Repreender uma pessoa autista ou dtah por balançar o corpo ou mexer as mãos tocando nela ou dizendo: Por que você está nervoso? - Criticar por precisar de estímulos frequentes (como ouvir música para focar). - Dizer que rituais ou manias são "infantis", coisas de criança. -Po, se acalma, fala de vagar (para autistas ou pessoas com TDAH hiperativas) -Você tá muito ansioso, é só desacelerar, respirar e se acalmar 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode levar ao mascaramento de traços neurodivergentes - Aumenta o estresse e o cansaço mental. - Reforça a ideia de que o comportamento neurotípico é o único aceitável.

	Microagressões psicológicas	<ul style="list-style-type: none"> - "Você fala demais sobre o mesmo assunto." - "Nossa, você não para com esses tics!" - "Você não está prestando atenção porque não quer." - "Por que você age como se não soubesse o que é normal?" 	<ul style="list-style-type: none"> - Faz com que a pessoa se sinta julgada. - Faz com que a pessoa se sinta inadequada e incompetente - Promove a insegurança e mascaramento de traços. - Não respeita a forma de funcionamento única do indivíduo.
	Imposição de Normas Neurotípicas	<ul style="list-style-type: none"> -Forçar socialização em eventos dizendo que é "para o bem" da pessoa autista. -Esperar que pessoas com TDAH sigam horários rígidos sem flexibilidade. -Pedir para uma pessoa autista fazer contato visual. -Pedir para se expor para criar o hábito e reduzir o sintoma "Ah você tem que se expor ao barulho senão, nunca vai se acostumar" 	<ul style="list-style-type: none"> - Ignora as necessidades específicas da pessoa. - Reforça a ideia de que é obrigação do neurodivergente se adaptar ao mundo neurotípico. -Força a exposição de sobrecarga sensorial e causa meltdown e burnout

Fonte: os autores deste estudo (2025)

A segunda categoria **Comunicação capacitista e Posturas reducionistas** é formada por elementos sobre atitudes de Condescendência e paternalismo, Julgamentos dos traços neurodivergentes e Microagressões psicológicas. A primeira subcategoria refere-se a atitudes que infantilizam, subestimam ou tratam a pessoa autista ou com TDAH como incapaz, reforçando uma lógica de inferioridade que compromete sua autoestima e alimenta a necessidade de camuflagem de traços naturais. Já a segunda e a terceira são categorias que mostram formas camufladas e recorrentes, de silenciamento e normatização de comportamentos considerados atípicos. Em "Julgamentos dos traços neurodivergentes" o capacitismo velado aparece em meio a críticas e repreensões a traços naturais do funcionamento neurodivergente que podem ser considerados formas de "Microagressões psicológicas" por meio de comentários que desqualificam o funcionamento cognitivo ou emocional da pessoa, sugerindo intencionalidade onde há diferença neurológica. Ambas compartilham o mesmo efeito: reforçam a ideia de que o comportamento neurotípico é o único aceitável, gerando insegurança, estresse e incentivando o mascaramento contínuo.

Quadro IV: Falta e falha de reconhecimento de necessidades específicas

Tipo de Capacitismo Velado	Subtipo de Capacitismo Velado	Exemplos	Impacto
Falta e falha de reconhecimento de necessidades específicas	Negligenciamento ou minimização de necessidades específicas	<ul style="list-style-type: none"> - Ignorar quando uma pessoa autista pede para reduzir ruídos ou luzes intensas. -Ignorar quando um autista pede para não participar de grupos grandes ou 	<ul style="list-style-type: none"> - Pode levar ao mascaramento de traços naturais. - Aumenta o estresse e o cansaço mental.

		<p>que falem cada um por vez porque tem dificuldade de acompanhar conversas paralelas</p> <ul style="list-style-type: none"> - Considerar fresca quando alguém com TDAH pede prazos flexíveis. - Criticar rituais pessoais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Reforça a ideia de que o comportamento neurotípico é o único aceitável. - Isolamento - Dificulta a construção de laços afetivos - Aumenta a sobrecarga sensorial e o risco de burnout, depressão e ideação suicida
	Imposição de Normas Neurotípicas	<ul style="list-style-type: none"> - Forçar socialização em eventos dizendo que é "para o bem" da pessoa autista. - Esperar que pessoas com TDAH sigam horários rígidos sem flexibilidade. - Pedir para uma pessoa autista fazer contato visual. - Pedir para se expor para criar o hábito e reduzir o sintoma "Ah você tem que se expor ao barulho senão, nunca vai se acostumar" 	<ul style="list-style-type: none"> - Ignora as necessidades específicas da pessoa. - Reforça a ideia de que é obrigação do neurodivergente se adaptar ao mundo neurotípico. - Força a exposição de sobrecarga sensorial e causa meltdown e burnout
Barreiras estruturais e exclusão prática	Falhas institucionais ou subutilização de potencial	<ul style="list-style-type: none"> - Direcionar sempre a pessoa neurodivergente para tarefas operacionais, repetitivas ou somente no que elas têm aptidão - Ignorar ou desacreditar propostas inovadoras apresentadas por pessoas neurodivergentes - Recusar promoções com base em estereótipos de "fragilidade" ou "dificuldade de comunicação". 	<ul style="list-style-type: none"> - Restringe o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais - Reforça estereótipos de incapacidade. - Diminui a visibilidade e representatividade neurodivergente. - Bloqueia desenvolvimento acadêmico, profissional e social.
	Exclusão escancarada	<ul style="list-style-type: none"> - Planejar eventos sem considerar iluminação ou sons que podem ser incômodos para autistas. - Ignorar pedidos por pausas ou movimento em reuniões. - Interromper o autista ou tDAH constantemente quando ele está concentrado em uma tarefa. - Não avaliar a possibilidade de home office - Fazer cara feia para as estereotípias ou narrativas sobre interesses específicos - Evitar colocar autistas ou sujeitos com outras neurodivergências para trabalhar em grupos 	<ul style="list-style-type: none"> - Cria barreiras invisíveis para a inclusão. - Torna ambientes hostis e exaustivos. - Impede a participação plena de neurodivergentes. - Impede o desenvolvimento acadêmico e/ou profissional do sujeito neurodivergente

Fonte: os autores deste estudo (2025)

Na categoria **Falta e falha de reconhecimento de necessidades específicas** são apresentados elementos que envolvem o "Negligenciamento ou minimização de necessidades específicas" por instituições diversas como as de ensino superior e

empresariais que acabam por cometer e a “Imposição de normas neurotípicas” fazendo com que capacitismo opere forçando a pessoa neurodivergente a se adaptar, silenciosamente, a um modelo de funcionamento que não contempla suas necessidades. Ambas as subcategorias evidenciam a negação ou desvalorização de necessidades específicas, o que pode levar à sobrecarga mental, sensorial, desgaste emocional e *burnout*.

Quadro V: Barreiras estruturais e exclusão prática

Tipo de Capacitismo Velado	Subtipo de Capacitismo Velado	Exemplos	Impacto
Barreiras estruturais e exclusão prática	Falhas institucionais ou subutilização de potencial	-Direcionar sempre a pessoa neurodivergente para tarefas operacionais, repetitivas ou somente no que elas têm aptidão -Ignorar ou desacreditar propostas inovadoras apresentadas por pessoas neurodivergentes -Recusar promoções com base em estereótipos de “fragilidade” ou “dificuldade de comunicação”.	-Restringe o desenvolvimento de habilidades e competências essenciais -Reforça estereótipos de incapacidade. -Diminui a visibilidade e representatividade neurodivergente. -Bloqueia desenvolvimento acadêmico, profissional e social.
	Exclusão escancarada	-Planejar eventos sem considerar iluminação ou sons que podem ser incômodos para autistas. -Ignorar pedidos por pausas ou movimento em reuniões. -Interromper o autista ou tdah constantemente quando ele está concentrado em uma tarefa. -Não avaliar a possibilidade de home office -Fazer cara feia para as estereotípias ou narrativas sobre interesses específicos -Evitar colocar autistas ou sujeitos com outras neurodivergências para trabalhar em grupos	- Cria barreiras invisíveis para a inclusão. - Torna ambientes hostis e exaustivos. - Impede a participação plena de neurodivergentes. -Impede o desenvolvimento acadêmico e/ou profissional do sujeito neurodivergente

Fonte: os autores deste estudo (2025)

As **Barreiras estruturais e exclusão prática** formam as duas últimas subcategorias: Falhas institucionais ou subutilização de potencial e Exclusão escancarada. A primeira representa um tipo de capacitismo velado que ocorre quando instituições de ensino ou ambientes de trabalho limitam, intencionalmente ou não, as oportunidades de crescimento, protagonismo ou reconhecimento de pessoas neurodivergentes. Isso pode incluir o direcionamento recorrente para funções operacionais ou tarefas simplificadas, a exclusão de processos decisórios sob justificativas paternalistas, ou a ausência de políticas

que incentivem a ascensão acadêmica e profissional dessas pessoas. Já a exclusão prática se manifesta por meio da ausência de ajustes simples que criam barreiras (in)visíveis que inviabilizam a participação plena. Juntas, essas categorias reforçam a ideia de que o mundo foi feito para os neurotípicos e que é dever do neurodivergente se moldar a ele. O resultado é a limitação da presença autêntica e do desenvolvimento acadêmico e profissional de quem não se encaixa nesse padrão e deterioração da saúde física e mental do neurodivergente.

Diante das evidências apresentadas ao longo deste modelo, fica claro que o capacitismo velado não se restringe a ações deliberadas de in/exclusão, mas se infiltra nas sutilezas das interações cotidianas, nas estruturas institucionais e na cultura normativa que define quem é visto como capaz, produtivo ou adequado. A ausência de reconhecimento formal, nomenclatura e definição para essas práticas contribui para sua normalização e perpetuação, dificultando sua identificação e enfrentamento. Diante disso, propomos uma definição que busca capturar essa complexidade:

“Capacitismo velado é uma forma camuflada de discriminação, com ou sem intenção, que atua por meio da naturalização de uma lógica excludente, sustentada pela deslegitimação de PcD ou com neurodivergências, desconsideração das capacidades do indivíduo, falta de reconhecimento ou minimização de necessidades específicas, reforço de estigmas e estereótipos, ausência de ações institucionais, ou quaisquer outras atitudes que contribuam para a invisibilidade das dificuldades ou subestimação de capacidades de pessoas PcD ou neurodivergentes.”

Conclusão

A invisibilidade das barreiras enfrentadas por pessoas neurodivergentes no ensino superior e no ambiente de trabalho não é fruto do acaso, mas sim expressão de uma cultura ainda profundamente enraizada na lógica da normatividade. Ao naturalizar comportamentos, expectativas e padrões baseados em modos neurotípicos de funcionar, perpetua-se um sistema de exclusão silenciosa, sustentado por estigmas, estereótipos e pela ausência de políticas institucionais efetivas de inclusão. Nesse contexto, o capacitismo velado atua como um mecanismo insidioso, que restringe não apenas o acesso, mas também a permanência, o reconhecimento e o bem-estar de sujeitos cujas formas de existir são sistematicamente desconsideradas.

A neurodiversidade, enquanto conceito e movimento social, desafia essa lógica ao reivindicar o reconhecimento das variações neurológicas como parte legítima da

diversidade humana. No entanto, as chamadas deficiências invisíveis, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) e outras neurodivergências associadas como o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), continuam a ser alvo de descrença, banalização e deslegitimação, o que favorece práticas de exclusão simbólica travestidas de normalidade. A chamada “cultura da zoeira”, o uso de adjetivos pejorativos e o *bullying* cotidiano voltado a pessoas neurodivergentes não são episódios isolados, mas expressões de um sistema mais amplo de desumanização, alimentado por estigmas históricos e reforçado por representações equivocadas.

Este estudo buscou tornar visível o que frequentemente passa despercebido. Ao apresentar um modelo conceitual do capacitismo velado, foram mapeadas suas múltiplas formas de manifestação e os impactos concretos que provocam na vida de pessoas neurodivergentes. O modelo categorial aqui proposto tem como objetivo ampliar o repertório conceitual e prático de instituições e profissionais, oferecendo uma ferramenta para reconhecer e enfrentar essas dinâmicas de exclusão camuflada. Mais do que um instrumento teórico, trata-se de uma construção enraizada na escuta e na vivência direta de adultos neurodivergentes, que compartilham cotidianamente os efeitos da incompreensão, do silenciamento e da negligência institucional.

Ao adotar a perspectiva do movimento “Nada sobre nós sem nós”, este trabalho reafirma que a inclusão só é possível quando pessoas neurodivergentes participam ativamente de todo o processo de produção de conhecimento e transformação social. Entretanto, apresenta limitações quanto ao número de participantes e à diversidade de perfis envolvidos. Pesquisas futuras podem ampliar o escopo metodológico, incluindo análises interseccionais e a aplicação do modelo em diferentes contextos institucionais, além de aprofundar os efeitos do capacitismo velado em grupos sub-representados de outras neurodivergências. Ao contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4, 8 e 10, esta pesquisa fortalece o compromisso com uma educação inclusiva e equitativa, com oportunidades dignas de trabalho e com a superação das desigualdades estruturais que ainda marcam profundamente a experiência neurodivergente no Brasil.

Referências

ARMSTRONG, Thomas. **The power of neurodiversity: unleashing the advantages of your differently wired brain**. Da Capo Lifelong Books, 2011.

BLACK, M. H.; MAHDI, S.; MILBOURN, B.; et al. Multi-informant international perspectives on the facilitators and barriers to employment for autistic adults. **Autism Research**, v. 13, n. 7, p. 1195–1214, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1002/aur.2287>

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.624, de 17 de julho de 2023. Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), para instituir o uso do cordão de fita com desenhos de girassóis como símbolo nacional de identificação de pessoas com deficiências ocultas. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 160, n. 135, p. 1, 17 jul. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/114624.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

CAGE, E.; DI MONACO, J.; NEWELL, V. Understanding, attitudes and dehumanisation towards autistic people. *Autism*, v. 23, n. 6, p. 1373–1383, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362361318811290>.

CAMPBELL, Fiona Kumari. Ableism: a theory of everything? Keynote presentation. 2013. Disponível em: https://disabilitystudies.nl/sites/default/files/ableism_a_theory_of_everything_keynote_f.pdf. Acesso em: 29 abr. 2025.

CASSIDY, S.; BRADLEY, L.; SHAW, R.; et al. Risk markers for suicidality in autistic adults. *Molecular Autism*, v. 9, p. 42, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1186/s13229-018-0226-4>.

CAMM-CROSBIE, L.; et al. ‘People like me don’t get support’: Autistic adults’ experiences of support and treatment for mental health difficulties, self-injury, and suicidality. *Autism*, v. 23, n. 6, p. 1431–1441, 2019. DOI: <https://doi.org/10.1177/1362361318816053>.

ENDLICH, Eric; WAKE, Wilma; LAGOS, Robert S. **Older autistic adults: in their own words: the lost generation**. Shawnee, KS: AAPC Publishing, 2021.

GIANNANTONIO, Cristina M.; HURLEY-HANSON, Amy E. (eds.). **Generation A: research on autism in the workplace**. Bingley: Emerald Publishing Limited, 2022. (Emerald Studies in Workplace Neurodiversity).

GONZALEZ, Ana. **Estigma dificulta acesso e permanência de estudantes autistas na Universidade**. *Jornal da Universidade*, Porto Alegre, n. 180, 8 fev. 2024. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/jornal/estigma-dificulta-acesso-e-permanencia-de-estudantes-autistas-na-universidade/>. Acesso em: 12 fev. 2025.

GREENWALD, Anthony G.; BANAJI, Mahzarin R. Implicit social cognition: attitudes, self-esteem, and stereotypes. *Psychological Review*, Washington, DC, v. 102, n. 1, p. 4–27, jan. 1995. DOI: <https://doi.org/10.1037/0033-295X.102.1.4>. PMID: 7878162.

GREGOR, Shirley. The nature of theory in information systems. *MIS Quarterly*, v. 30, n. 3, p. 611–642, 2006.

GUERRA, Itxi. **Luta contra o capacitismo: anarquismo e capacitismo**. São Paulo: Ed. Terra sem Amos, 2021.

HELGENSSON, M.; BJÖRKENSTAM, E.; RAHMAN, S.; et al. Labour market marginalisation in young adults diagnosed with attention-deficit hyperactivity disorder (ADHD): a population-based longitudinal cohort study in Sweden. **Psychological Medicine**, v. 53, n. 4, p. 1224–1232, mar. 2023. DOI: <https://doi.org/10.1017/S0033291721002701>.

LOPES, Maura Corcini; FABRIS, Eli Henn. **Inclusão e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

MUELLER, A. K.; FUERMAIER, A. B.; KOERTS, J.; TUCHA, L. Stigma in attention deficit hyperactivity disorder. **Attention Deficit and Hyperactivity Disorders**, v. 4, n. 3, p. 101–114, set. 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s12402-012-0085-3>.

RIBEIRO, Solange Lucas; DUBOC, Maria José Oliveira; SOUZA, Lucimêre Rodrigues de (orgs.). **Políticas e práticas da educação inclusiva** [recurso eletrônico]. Feira de Santana: UEFS Editora, 2020. 434 p. ISBN 978-65-89524-92-2. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786589524922>.

ROBERTSON, Scott M.; NE'EMAN, Ari D. Autistic acceptance, the college campus, and technology: Growth of neurodiversity in society and academia. **Disability Studies Quarterly**, v. 28, n. 4, 2008. DOI: <https://doi.org/10.18061/dsq.v28i4.146>.

SENADO FEDERAL. **O que é capacitismo?** Brasília, DF, 29 out. 2024. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/responsabilidade-social/acessibilidade/pages/o-que-e-capacitismo>. Acesso em: 12 fev. 2025.

SEVERO, Andréa Asti; MALAGUEZ, Fabíola Dutra; FERNANDES, Idília. **Nota técnica sobre conceito de deficiência psicossocial**. Porto Alegre: FADERS – Acessibilidade e Inclusão, 2017. (Nota Técnica 01/2017).

SHATTUCK, P. T.; NARENDORF, S. C.; COOPER, B.; et al. Postsecondary education and employment among youth with an autism spectrum disorder. **Pediatrics**, v. 129, n. 6, p. 1042–1049, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1542/peds.2011-2864>.

SHER, D. A.; GIBSON, J. L. Pioneering, prodigious and perspicacious: Grunya Efimovna Sukhareva's life and contribution to conceptualising autism and schizophrenia. **European Child & Adolescent Psychiatry**, v. 32, n. 3, p. 475–490, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1007/s00787-021-01875-7>.

SINGER, Judy. **Neurodiversity: the birth of an idea**. 2017.

SOUZA FILHO, Breno Augusto Bormann de; STRUCHINER, Cláudio José. Uma proposta teórico-metodológica para elaboração de modelos teóricos. **Cadernos de Saúde Coletiva**, v. 29, n. 1, p. 86–97, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1414-462X202129010420>.

TAN, D. W.; RABUKA, M.; HAAR, T.; PELLICANO, E. 'It's a symbolic violence': Autistic people's experiences of discrimination at universities in Australia. *Autism*, v. 28, n. 6, p. 1344–1356, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1177/13623613231219744>. Acesso em: 15 mar. 2025.

TURNOCK, Alice; LANGLEY, Kate; JONES, Catherine R. G. Understanding stigma in autism: a narrative review and theoretical model. *Autism in Adulthood*, New Rochelle, NY, v. 4, n. 1, p. 76–91, 2022. DOI: [10.1089/aut.2021.0005](https://doi.org/10.1089/aut.2021.0005). Disponível em: <https://www.liebertpub.com/doi/10.1089/aut.2021.0005>. Acesso em: 15 mar. 2025.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

A autora 1 é neurodivergente e foi responsável pela redação do trabalho, incluindo a proposta e desenvolvimento do modelos, a formulação da proposta, o levantamento bibliográfico e a elaboração da versão final do texto. Os autores 2, 3, 6 e 8 atuaram na revisão crítica integral do manuscrito, no desenvolvimento da seção de procedimentos metodológicos, bem como na avaliação e revisão dos modelos propostos. Os autores 4, 5, 6 e 7 são os estudantes e profissionais neurodivergentes que contribuíram de forma ativa na construção e no aprimoramento do modelo apresentado, além de colaborarem com a revisão técnica e teórica dos mesmos. Todos os autores contribuíram para a revisão final e aprovaram a versão submetida do artigo.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Os autores declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.